



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

Aos 03 dias do mês de janeiro de 2018, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 147/XIII/3.ª, relativa à reunião de 20 de dezembro de 2017

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Ministro da Administração Interna, sobre a evolução da sinistralidade rodoviária em 2017

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição de um conjunto de entidades, a propósito dos Projetos de Lei n.º 582/XIII/2.ª (PCP) – Estabelece um sistema de preços máximos para o Gás de Garrafa e o Gás Canalizado, e 604/XIII/2.ª (PAN) – Estabelece um sistema de preços máximos no sector do gás comercializado em garrafa ou canalizado, butano ou propano

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre as medidas anunciadas pela Administração dos CTT

5. Apreciação e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.os 172/XIII/1.ª (PAN) – Possibilidade de Permissão de Animais em Estabelecimentos Comerciais (altera o DL n.º 10/2015, de 16 de Janeiro), 622/XIII/3.ª (BE) – Autoriza a criação de áreas de permissão a animais em estabelecimentos comerciais (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro), e 623/XIII/3.ª (PEV) – Possibilita a permanência de animais em estabelecimentos comerciais, sob condições específicas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2009/73/CE que estabelece regras comuns para o mercado interno de gás natural [COM(2017)660]

– Relatora: Deputada Fátima Ramos (PSD)

7. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1082/XIII/3.ª (BE) – Recomenda ao Governo que crie uma nova classe de veículos para aplicação das tarifas de portagem, correspondente exclusivamente a motociclos

8. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 817/XIII/2.ª (PSD) – Construção imediata do IC35 entre Penafiel e Entre-os-Rios

9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1064/XIII/3.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo prioridade absoluta na conclusão do IC6, bem como na construção do IC7 e IC37

10. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 861/XIII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo que desenvolva as ações necessárias para que a Base Aérea de Monte Real seja adaptada a Aeroporto de Voos Civis

11. Nomeação de Deputado autor de parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016

- Relator cabe ao PSD

12. Outros assuntos

Iniciada a reunião, assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente Fernando Virgílio Macedo, por impossibilidade do Senhor Presidente.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

1. Apreciação e votação da ata n.º 147/XIII/3.ª, relativa à reunião de 20 de dezembro de 2017

Submetida a votação, a ata n.º 147/XIII/3.ª, relativa à reunião de 20 de dezembro de 2017, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PSD para audição do Ministro da Administração Interna, sobre a evolução da sinistralidade rodoviária em 2017

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) usou da palavra para apresentar o requerimento, lembrando que o tema da sinistralidade rodoviária preocupava todos e que no ano de 2017 tinham morrido nas estradas portuguesas mais de 500 pessoas. Portugal vinha a melhorar nos níveis de sinistralidade rodoviária desde 2013, tendência que se inverteu em 2017. Considerou importante debater o assunto, ouvir o Ministro da Administração Interna (MAI) sobre que estudos estavam a ser feitos e o que se podia fazer para melhorar esta situação. Concluiu, lembrando que o objetivo era reduzir o número de mortos e feridos em 50% até 2020 e o que se vivia neste momento era um processo de inversão.

Usou da palavra o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS), para referir que a questão merecia observância e acolhimento na CEIOP e que a segurança rodoviária merecia um acompanhamento e escrutínio permanente. Afirmou que não tinha convicção de que tivesse havido um comportamento de políticas públicas que levasse ao aumento da sinistralidade e que havia sinais que traduziam números inversos, como a melhoria do parque automóvel, o que levaria a pensar que a sinistralidade rodoviária iria baixar, mas tal não se verificou. Lembrou que a quadra natalícia traduziu um comportamento atípico em termos de sinistralidade rodoviária e concluiu expressando concordância com a audição proposta.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirmou que o seu grupo parlamentar não negava a oportunidade desta discussão, mas a audição apenas do MAI não chegava



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

para abordar de uma forma séria e global a questão da segurança rodoviária. Em seu entender, faria sentido ouvir também a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), que era a entidade reguladora e que melhor poderia dar justificações e interpretações para a inversão de tendência que se verificava, pelo que sugeria que fosse aditada ao requerimento, se o PSD concordasse, a audição da ANSR.

Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) lembrou a audição na Comissão da ANSR em meados do ano transato e considerou relevante ouvir o MAI o mais rapidamente possível, até antes da ANSR, considerando que havia muitas coisas que estavam a acontecer que mereciam uma análise detalhada da Comissão

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou que o PCP não tinha qualquer objecção à audição proposta e considerava a discussão oportuna, para que houvesse uma abordagem de ordem política sobre o acompanhamento e tutela destas questões que o Governo tem vindo a desenvolver. Referiu existirem diversas entidades que poderiam ajudar a esta reflexão e a possibilidade de ser ainda constituído um grupo de trabalho sobre esta matéria e expressou convicção de que, se o contexto de competências da Comissão fosse outro, a segurança rodoviária teria um enfoque e um destaque diferente, como já tinha tido.

Pelo Senhor Deputado António Costa Silva (PSD) foi referido que no início da Legislatura o PSD tinha proposto a criação de um grupo de trabalho sobre esta matéria, alertando para a inversão na tendência de sinistralidade que já se verificava noutros países. Afirmou que a prioridade do PSD era ouvir o MAI, mas se houvesse um entendimento global de que a ANSR deveria ser ouvida na mesma altura, o seu grupo parlamentar não obstaculizaria.

Numa segunda ronda de intervenções pronunciaram-se os Senhores Deputados Luís Moreira Testa (PS), sobre a criação de grupos de trabalho, propondo que se desse mandato ao Grupo de Trabalho Transportes Públicos para acompanhar também esta matéria, e sobre a ordem das audições, afirmando que se a Comissão aprovar a audição da ANSR esta deve ocorrer antes da do MAI; Heitor de Sousa (BE), para esclarecer que o que pretendia era uma discussão mais alargada e global sobre o



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária (PENSE 2020) e não apenas discutir a evolução verificada num ano, para lembrar que em junho de 2017 o Governo tinha criado o Conselho Nacional de Segurança Rodoviária, composto por várias entidades, que concorrem todas para a reflexão sobre a evolução do PENSE 2020 e defender que, sendo aprovado primeiro o requerimento do PSD, a audição do MAI deve ocorrer primeiro; Fátima Ramos (PSD), para reiterar os argumentos aduzidos aquando da apresentação do requerimento e referir que o PSD também tinha ponderado solicitar a audição da ANSR, mas uma vez que o MAI ainda não tinha sido ouvido pela Comissão nesta Legislatura, considerou prioritária a sua audição; e Bruno Dias (PCP), para referir que devia ser ouvido primeiro o tutelado e depois a tutela. Encerrou esta discussão o Senhor Presidente em exercício, afirmando que o importante era votar os requerimentos e a ordem das audições se definiria em reunião de Mesa e Coordenadores.

Submetido o requerimento do PSD a votação, foi aprovado por unanimidade.

De seguida, foi submetido a votação o requerimento oral apresentado pelo BE para audição da ANSR, o qual também foi aprovado por unanimidade.

3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PS para audição de um conjunto de entidades, a propósito dos Projetos de Lei n.º 582/XIII/2.ª (PCP) – Estabelece um sistema de preços máximos para o Gás de Garrafa e o Gás Canalizado, e 604/XIII/2.ª (PAN) – Estabelece um sistema de preços máximos no sector do gás comercializado em garrafa ou canalizado, butano ou propano

Usou da palavra o Senhor Deputado Hugo Costa (PS), para apresentar o requerimento, de forma sucinta.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), para concordar com o requerimento e solicitar que as audições sejam realizadas no menor número de reuniões possível; André Silva (PAN), no mesmo sentido; Pedro Mota Soares (CDS-PP), para lembrar que muitas destas entidades têm documentos escritos sobre esta



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

matéria, tendo sugerido que se solicitem contributos escritos e depois se pondere a realização de audições; e Fátima Ramos (PSD), para considerar que o assunto interessa a muitas famílias portuguesas e deve ser tratado de forma rápida.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Hugo Costa (S), para reafirmar a importância da audição de um conjunto de entidades públicas sobre esta matéria, considerando essencial a audição presencial da Autoridade da Concorrência, da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e do Secretário de Estado da Energia, e concordando em que seja solicitado parecer escrito às restantes entidades referidas no requerimento.

De seguida, o Senhor Presidente em exercício colocou à votação o requerimento, com a alteração proposta pelo seu autor, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

4. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo PCP para audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre as medidas anunciadas pela Administração dos CTT

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o requerimento, lembrando as orientações assumidas pela administração dos CTT, quanto à diminuição do número de trabalhadores da empresa e reorientação da estratégia da empresa quanto ao serviço público, e o anúncio do encerramento de um conjunto de estações dos correios nos últimos dias. Considerou que não se tratava de um problema de gestão de uma empresa ou regulatório mas sim de um problema político, que tinha de ser tratado como tal. Concluiu, afirmando que estes novos desenvolvimentos exigem que a Assembleia da República faça, com a tutela ao nível do Governo, uma abordagem sobre a resposta que o poder político tem de dar a estes problemas.

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) referiu que a reestruturação de uma empresa privada não é assunto que, à partida, seja discutido na Comissão, mas neste caso a empresa em causa tem a concessão de um serviço público da maior relevância. Deu conta do facto de ter chegado aos Deputados um conjunto de



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

informações que, no mínimo, são preocupantes, pelo que o seu grupo parlamentar está disponível para esclarecer a situação. Lembrou as audições já pendentes sobre esta matéria e concordou com o requerimento e com a audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.

Pelo Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS) foi afirmado que as notícias quase diárias sobre as questões relacionadas com a evolução desta empresa e com as condições com que a empresa tem de prestar o serviço público levam à necessidade de esta Comissão escrutinar o cabal cumprimento desse serviço público. Concorda com requerimento para audição do Ministro, para se perceber, em conjunto com as restantes audições já aprovadas, se o contrato de serviço público, do qual a empresa CTT é concessionária, está a ser cumprido e se tem condições para ser cumprido de acordo com as operações que se estão a verificar na empresa.

Também o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) interveio, no sentido de expressar concordância com o requerimento.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

5. Apreciação e votação na especialidade dos Projetos de Lei n.os 172/XIII/1.ª (PAN) – Possibilidade de Permissão de Animais em Estabelecimentos Comerciais (altera o DL n.º 10/2015, de 16 de Janeiro), 622/XIII/3.ª (BE) – Autoriza a criação de áreas de permissão a animais em estabelecimentos comerciais (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro), e 623/XIII/3.ª (PEV) – Possibilita a permanência de animais em estabelecimentos comerciais, sob condições específicas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro

O Senhor Deputado André Silva (PAN) solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião ordinária seguinte.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2009/73/CE que estabelece regras comuns para o mercado interno de gás natural [COM(2017)660]

– Relatora: Deputada Fátima Ramos (PSD)

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) usou da palavra para apresentar o parecer de forma circunstanciada.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Hugo Costa (PS), para cumprimentar a relatora, lembrar que se tinha iniciado no dia anterior a presidência búlgara da União Europeia, país estratégico e central na questão dos gasodutos, informar que o PS iria votar a favor do parecer e sugerir uma alteração ao ponto 2 das conclusões, retirando a expressão “parece”; Bruno Dias (PCP), para cumprimentar a relatora, lembrar que a posição do PCP, quanto a estas orientações, nomeadamente na energia, era conhecida e que era fundamentalmente quanto à questão mais substancial que expressava discordância e não quanto ao mérito do parecer; Heitor de Sousa (BE), para cumprimentar a relatora, referir que o parecer retratava a realidade sobre a matéria, lembrar a importância estratégica das interligações energéticas com países de fora da UE e que essa estratégia podia fazer parte da reflexão; e Pedro Mota Soares (CDS-PP), para cumprimentar a relatora, referir que o tema das interconexões energéticas era fundamental para Portugal e que a única forma de intervenção possível era através de um ato comunitário, pelo que não havia aqui qualquer violação do princípio da subsidiariedade.

Submetido a votação, o parecer foi aprovado, com votos a favor do PSD, PS, BE e CDS-PP e votos contra do PCP.

7. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1082/XIII/3.ª (BE) – Recomenda ao Governo que crie uma nova classe de veículos para aplicação das tarifas de portagem, correspondente exclusivamente a motociclos



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

Não tendo havido sugestões de redação, o Senhor Presidente em exercício referiu que a informação seria enviada à Mesa da Assembleia da República, para que o projeto de resolução pudesse ser votado em Plenário.

8. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 817/XIII/2.ª (PSD) – Construção imediata do IC35 entre Penafiel e Entre-os-Rios

Não tendo havido sugestões de redação, o Senhor Presidente em exercício referiu que a informação seria enviada à Mesa da Assembleia da República, para que o projeto de resolução pudesse ser votado em Plenário.

9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1064/XIII/3.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo prioridade absoluta na conclusão do IC6, bem como na construção do IC7 e IC37

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião ordinária seguinte.

10. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 861/XIII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo que desenvolva as ações necessárias para que a Base Aérea de Monte Real seja adaptada a Aeroporto de Voos Civis

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) solicitou o adiamento deste ponto da ordem do dia para a reunião ordinária seguinte.

11. Nomeação de Deputado autor de parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2016

- Relator cabe ao PSD

Foi nomeado o Senhor Deputado Joel Sá.

12. Outros assuntos



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

O Senhor Presidente em exercício informou que tinha dado entrada na semana anterior um requerimento do PCP para audição do Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente e que, havendo consenso, poderia ser discutido e votado neste ponto da ordem do dia.

Não se tendo verificado oposição, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), que apresentou o requerimento, referindo não ter ideia de alguma vez um governante ter defendido uma “limpeza” nas contraordenações. Afirmou ainda a necessidade de esclarecer a questão.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Heitor de Sousa (BE), para lembrar as outras audições feitas no âmbito do processo legislativo em curso sobre a atividade de transporte de passageiros em carros descaracterizados e defender que esta audição só deveria ocorrer depois de todas as outras estarem realizadas; Paulo Rios de Oliveira (PSD), para afirmar que o PSD nada tinha a opor ao requerimento e se revia nas condições formuladas pelo orador antecedente; Luís Moreira Testa (PS), também para não se opor ao requerido; e Pedro Mota Soares (CDS-PP), também para informar que nada tinha a opor e lembrar que esta audição nada tinha a ver com o processo legislativo em curso mas sim com as declarações do Secretário de Estado.

O Senhor Presidente em exercício informou que, das audições aprovadas sobre o processo legislativo referido, só faltava fazer uma, que estava já agendada para a semana seguinte, tendo o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) intervindo ainda para defender que, sendo aprovada, seria útil que esta audição se realizasse ainda antes de concluído aquele processo legislativo.

Submetido a votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

Finalmente, o Senhor Presidente informou que tinha dado entrada na semana anterior o relatório final da Petição n.º 259/XIII/2.ª e que, havendo consenso, poderia ser discutido e votado neste momento.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

Não tendo havido oposição, deu a palavra ao Senhor Deputado Hugo Costa (PS), que apresentou sucintamente o referido relatório final.

Submetido a votação, foi o relatório aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

A reunião foi encerrada às 17:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 05 de janeiro de 2018.

O VICE-PRESIDENTE

(FERNANDO VIRGÍLIO MACEDO)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 148/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
António Costa Silva
António Eusébio
Bruno Dias
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Fernando Virgílio Macedo
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Heloísa Apolónia
Hortense Martins
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Luís Moreira Testa
Maria Adelaide Ribeiro
Paulino Ascensão
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
André Pinotes Batista
Carla Barros
Cecília Meireles
Luís Vales
Maria Manuel Rola
Paulo Neves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: